



Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 09 17.03.2005

Laboratório Industrial Sindical

Em reunião nesta semana em São Paulo, foi lançada a “pedra inaugural” do Laboratório Sindical Industrial. O laboratório é uma iniciativa conjunta dos sindicatos metalúrgicos do Mercosul e da Federação dos Metalúrgicos da central sindical Comisiones Obreras, da Espanha. A iniciativa tem o patrocínio espanhol e o apoio da Federação Internacional dos Metalúrgicos (FITIM).

O Laboratório vai acompanhar as políticas de emprego e a política industrial nos países do Mercosul e a relação Mercosul-União Européia. Ele pretende não apenas “observar” essas políticas mas também agir para torna-las mais favoráveis aos trabalhadores da região.

Além da Federação dos Metalúrgicos das Comisiones Obreras e da **CNM-CUT** integram o Laboratório, a Federación de Trabajadores de la Industria y Afines de la Confederación de Trabajadores Argentinos (FeTIA-CTA), a Confederación Nacional de Trabajadores Metalúrgicos (CONSTRAMET/CUT) do Chile, a Unión Nacional de Trabajadores del Metal y Ramas Afines (UNTMRA- PIT-CNT), do Uruguay e a Federación de Trabajadores Metalúrgicos de Paraguay (FETRAMPAR).

Fernando Lopes, o secretário-geral da CNM-CUT definiu o laboratório como um instrumento “ de informação, de formação e de pressão ” quanto às políticas de emprego no Mercosul. Hugo Bianchi da UNTMRA do Uruguay, pronunciou-se no mesmo sentido. Carla Colleti, da FITIM, falou da satisfação da FITIM em apoiar a iniciativa .

As atividades do Laboratório Industrial Sindical se articularão em torno de uma página na Internet e o seu principal instrumento de trabalho será uma plataforma virtual de trabalho, uma Intranet, na qual as entidades sindicais dos diferentes países vão interagir para discutir e unificar suas propostas.

A pagina do laboratório terá atualização diária e deverá estar “no ar” até 15 de abril próximo. Ela deverá acompanhar de modo extenso os seguintes temas quanto aos seus efeitos sobre o emprego metalúrgico :

- as praticas trabalhistas,
- a organização industrial dos setores,
- as mudanças tecnológicas
- o papel das multinacionais,
- a conjuntura do setor industrial,
- a aplicação das normas internacionais do trabalho,
- as políticas industriais da UE e do Mercosul,
- e os acordos setoriais UE – Mercosul.

O ramo metalúrgico estará dividido em cinco setores : o automotivo, o aeroespacial, o eletroeletrônico, o naval e o siderúrgico .

O laboratório terá como atividade principal, além da pagina na internet, a realização de estudos e seminários setoriais para discutir a situação e as ações a serem desenvolvidas. Para este ano estão definidas dois grandes seminários. O primeiro será em Madrid, em maio, e discutirá as políticas sociais e de emprego no Mercosul e na UE .

O segundo será na Argentina, em novembro, que discutirá a situação do setor siderúrgico no Mercosul e ações voltadas para o setor. Vitório Paulon, da CTA e da UOM argentina disse que serão chamados todos os sindicatos siderúrgicos da região para esta reunião.

Gerdau teme Poder Sindical

A cúpula do empresariado nacional concluiu, afinal, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não esqueceu suas origens sindicais. Em um ato promovido pela CNI e pela Fiesp em São Paulo, a proposta de reforma sindical do governo foi retratada como uma verdadeira agressão ao lado patronal do conflito entre capital e trabalho.

"Este poder para os sindicatos não existe em lugar nenhum, é inaceitável", afirmou o maior empresário do setor siderúrgico no país, Jorge Gerdau Johannpeter, esboçando uma linha de ação. "No meu setor, quem fez concessões erradas, fechou as portas. É melhor sofrermos uma derrota, mas precisamos trabalhar para termos um operário valorizado, e não politizado", disse. "Estão querendo instalar a república sindicalista no Brasil", protestou o presidente do Sindipeças, Paulo Butori.

Para os empresários, dois aspectos da reforma fazem a balança pender contra eles: a obrigatoriedade de representação sindical em empresas com mais de 30 empregados e a possibilidade da entidade sindical fazer a substituição processual, ganhando mandato para acionar empresas mesmo sem uma delegação específica dos trabalhadores de sua base para isto.

O quadro para o meio empresarial foi descrito como ainda mais preocupante pela decisão do governo federal de não encaminhar de forma conjunta uma reforma das leis trabalhistas. Fazer esta distinção foi a orientação de Lula desde o princípio: na estratégia do governo federal, uma reforma

Gerdau: "Este poder sindical não existe no mundo. Precisamos trabalhar para termos um operário valorizado, e não politizado"

trabalhista que fizesse a negociação prevalecer sobre o que a lei determina só seria admissível com o fortalecimento das centrais sindicais. O modelo de inspiração foi o da Alemanha, em que poucas centrais dão as cartas nas negociações com o meio empresarial. Tratar a reforma sindical de forma

separada da trabalhista era tudo que as entidades empresariais menos queriam. "O poder ampliado dos sindicatos trará a exacerbação dos conflitos na relação capital/trabalho. Já temos problemas demais na área tributária e macroeconômica. Não precisamos de mais complicações", disse o presidente da CNI e deputado federal, Armando Monteiro Neto (PTB-PE).

A reforma sindical foi discutida em um fórum organizado pelo ministério do Trabalho, o Fórum Nacional do Trabalho, mas o meio patronal afirma que o governo federal ficou longe da isenção. "Em todo o processo de negociação, o governo decidiu quase sempre em desacordo com as teses das entidades empresariais", disse Monteiro Neto. "Em síntese, o projeto retira poder do sistema patronal e o transfere para o sistema profissional", afirmou o diretor da Fiesp, Roberto Ferraiuolo.

Unânicos na condenação à reforma, os empresários mostraram divergência em relação ao que fazer para barrar o avanço da proposta. Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady Simão foi o mais radical. "Não adianta negociar nada, temos que montar uma estratégia urgente para detonar o projeto", disse. Ganhou o apoio imediato de Butori. "O lado de lá é muito mais forte, porque junta o governo e as grandes centrais sindicais. Já começamos o jogo perdendo por dois a zero. Se abriremos negociação, pode ser pior. Esta reforma precisa esperar outro governo", disse.

Um tom abaixo, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf propôs deixar uma porta aberta. "Nossa estratégia passa por uma ação forte no Congresso, no sentido de mostrar que sem reforma trabalhista, não pode ter reforma sindical. Se chamam isso de abortar, então é abortar".

Coube a Monteiro Neto e a Gerdau, desta vez, o papel de moderados. "Detonar o projeto é proibir o Congresso de discutir o assunto e isto não é razoável. É preciso ganhar tempo na Câmara para acelerar a discussão da reforma trabalhista no Fórum Nacional do Trabalho, ou na pior hipótese, atuar pontualmente sobre os piores aspectos", disse o presidente da CNI. "Eliminar o que está aí é muito difícil. Vamos fazer um esforço pela correção", concordou Gerdau.

Monteiro Neto argumentou que a negociação se tornou mais provável depois da vitória de Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara. "O Congresso vive um momento, a partir da eleição da Mesa, em que se busca readquirir autonomia frente ao governo", sugeriu. De acordo com o deputado e dirigente, o primeiro momento para atuar será junto aos líderes da base governista e da oposição. "É preciso que a representação partidária na comissão especial que vai analisar a proposta tenha sintonia com o setor produtivo", disse. (César Felício, de São Paulo) (*Valor Econômico*, 16.03.2005)



Brasil tem os maiores juros reais do planeta

O Brasil está cada vez mais distante dos demais países no ranking dos maiores juros reais (resultado da taxa básica menos a inflação projetada para os próximos 12 meses) do mundo. Com o penúltimo aumento promovido pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na taxa Selic, para 18,75% ao ano, o índice brasileiro subiu para 12,3% - bem longe do segundo lugar, a Turquia, com 6,7%.

Segundo cálculos da GRC Visão, a diferença foi ampliada. Com 0,5 ponto de elevação, o juro real subiu para 12,7%. Os cálculos consideram o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 5,77% projetado para 2005.

Atividade econômica

Desde setembro, a taxa Selic já subiu 2,75 pontos percentuais, de 16% para 18,75%. "Apesar disso, a atividade econômica tem demonstrado força para superar as dificuldades de fomento", argumenta o economista e gerente de produtos da GRC, Alessandro Agostini Barbosa. Segundo ele, os últimos aumentos da Selic ainda não tiveram efeitos sobre o consumo.

Uma das explicações é a expansão dos empréstimos com desconto em folha de pagamento - com juros bem inferiores aos de linhas tradicionais de crédito. Além disso, o volume de exportação continua bastante elevado, argumenta Barbosa.

Mas ele alerta que juros reais tão elevados acabam inibindo investimentos. "Enquanto na Índia e China os investimentos representam quase 25% do PIB (Produto Interno Bruto), no Brasil esse número não ultrapassa 18%. Se tivermos, neste ano, crescimento econômico de 3,5%, poderemos ter problemas futuros de energia elétrica, por exemplo", avalia o economista da GRC.

Ele afirma também que a Turquia, segunda colocada no ranking dos juros reais, tem uma política muito mais eficiente que o Brasil. Em 2004, conseguiu reduzir para 19,1% uma taxa de juros que em 2003 era de 42,9%. A inflação caiu de 30,2% para 9,3%. No Brasil, a situação tem sido bem diferente.

Depois de fazer várias reduções no início do ano passado, o Banco Central mudou a direção e voltou a elevar a Selic. Hoje o País tem a maior taxa de juros do mundo, acima até de Venezuela (17,5% ao ano), que no mês passado estava na liderança do ranking. A Turquia, cuja taxa básica está em 16,7%, ocupa a terceira colocação entre os maiores juros do mundo. (*Tribuna da Imprensa*, 17.03.2005)

"Tá dominado, tá tudo dominado"

Paulo Nogueira Batista Jr.

Anteontem, a CUT, a CNI e a Fiesp lançaram campanha nacional pela "ampliação e democratização" do CMN (Conselho Monetário Nacional). No último domingo, neste mesmo espaço, os presidentes das três entidades publicaram artigo apresentando os objetivos da campanha ("Pela ampliação do CMN", Folha, 13/03/2005, pág. B2). A questão foi bem explicada por eles. Tenho defendido a mesma proposta com argumentos semelhantes em diversos artigos publicados aqui nesta coluna, o último deles em setembro de 2004 ("Ampliação do Conselho Monetário Nacional", Folha, 16/09/ 2004, pág. B2).

Trata-se, em síntese, de aumentar (sem exageros) o número de integrantes do CMN, incorporando alguns ministros e outras autoridades governamentais ligados à produção e ao emprego (os ministros do Desenvolvimento, da Agricultura e do Trabalho e os presidentes do Banco do Brasil e do BNDES, por exemplo) e, também, pessoas representativas da sociedade civil (de empresários, dos trabalhadores e do meio acadêmico), nomeadas pelo presidente da República. O governo conservaria a maioria dos votos no conselho, que continuaria a ser presidido pelo ministro da Fazenda.

O CMN tem atribuições de importância estratégica. Por exemplo: define as metas de inflação, fixa a TJLP (Taxa de Juro de Longo Prazo) que vigora nos empréstimos do BNDES e regulamenta as normas cambiais. A sua última decisão de impacto, que entrou em vigor nesta segunda-feira, foi uma extensa e polêmica revisão das regras cambiais, criticada no artigo que publiquei nesta coluna na semana passada (retomei o tema em texto publicado no site Agência Carta Maior, "Preparando a fuga de capitais", 11/03/2005, www.agenciacartamaior.com.br).

A ampliação do CMN tem como propósito contribuir para compatibilizar "o objetivo da estabilização monetária com a necessária valorização da produção e do emprego", escreveram os organizadores da campanha em carta que será entregue ao presidente da República. "As decisões do CMN",

acrescentou o presidente da CNI, "se pautam muito por análises produzidas no âmbito financeiro, se descolando da economia real".

De fato, a estrutura e o funcionamento atual do CMN deixam muito a desejar. O CMN já foi bem mais amplo. Durante a maior parte dos seus mais de 40 anos de existência, observa a carta ao presidente Lula, o CMN contou com mais de 20 membros, entre os quais representantes da sociedade civil. Mas, desde 1994, tem apenas três integrantes: o ministro da Fazenda, o do Planejamento e o presidente do BC. A secretaria do CMN é exercida pelo Banco Central.

Quem comanda o CMN? Formalmente, é o ministro da Fazenda. Desde janeiro de 2003, o presidente do conselho é um político, com formação de médico sanitário. O presidente do Banco Central é um executivo bancário, com conhecimento limitado de assuntos macroeconômicos. O ministro do Planejamento ocupa o cargo interinamente e não apita nada. Mesmo na hipótese improvável de que seja escolhido um nome forte para o Planejamento, o CMN continuará controlado pela área fazendária, em especial pelo Banco Central.

Na prática, o CMN é dominado por uma meia dúzia de economistas que ocupam postos-chave na Fazenda e cargos de direção no Banco Central. São técnicos relativamente jovens, geralmente com pouca experiência prática. Podemos subdividi-los basicamente em dois tipos humanos, bastante interessantes: a) os "doutrinários", oriundos do meio acadêmico e formados em universidades dos EUA, que procuram seguir à risca (às vezes de forma pouco inteligente) modelos teóricos que os próprios americanos não aplicam; e b) os "financistas", oriundos do mercado financeiro e preocupados, fundamentalmente, em cacifar suas carreiras nesse sistema. Os dois tipos se mesclam e se sobrepõem. Os financistas têm geralmente passagem por universidades americanas; os doutrinários são rapidamente seduzidos pela perspectiva de empregos confortáveis e bem remunerados no sistema bancário e adjacências.

A leitora poderá perguntar: "Mas não aparece nenhum patriota por lá, de vez em quando?". E eu respondo (lançando mão de uma expressão nelson rodrigueana): "Se aparecer, será caçado a pauladas, como uma ratazana prene".

A campanha pela ampliação e democratização do CMN enfrentará resistências poderosas.

Paulo Nogueira Batista Jr., 49, economista e professor da FGV-EAESP, escreve às quintas-feiras nesta coluna. É autor do livro "A Economia como Ela É..." (Boitempo Editorial, 3ª edição, 2002). E-mail - pnbjr@attglobal.net (Folha de S.Paulo, 17.03.2005)

WEG poderá levar parte da produção ao exterior

Se real seguir forte, WEG poderá levar parte da produção ao exterior

Se o real seguir apreciado no médio prazo, a WEG, fabricante de motores elétricos e de sistemas de automação, avisa: pode transferir parte de sua produção para as unidades fora do país.

Uma das empresas brasileiras que mais investiram no exterior no ano passado, a WEG conta agora com seis unidades fora do Brasil, uma delas no México, pertinho de seu maior cliente externo, os Estados Unidos. E com capacidade para dobrar a produção, visto que sua ampliação é fresquinha, concluída no ano passado.

"Estamos nos esforçando para ganhar em produtividade, agregar valor a nossos produtos e nos manter competitivos, mesmo com dólar em baixa", afirma Décio da Silva, 48, presidente da companhia. O executivo destaca que, apesar de tantas unidades no exterior, 90% da produção da empresa ainda está no Brasil.

O valor razoável para a cotação da moeda norte-americana, na avaliação do presidente da WEG, é de R\$ 2,90 a R\$ 3,00. Na semana passada, ela já subiu -fechou na sexta-feira cotada a R\$ 2,72-, mas ainda não o suficiente, segundo a avaliação de Silva.

O mercado externo é muito importante dentro do balanço da WEG -40% das receitas da empresa vêm das vendas fora do Brasil. Fundada em 1961, a empresa exporta desde 1970. "Isso nos possibilitou um grande desenvolvimento, com nossos produtos indo para mercados exigentes", afirma o presidente da empresa, que é filho de um dos fundadores.

Para Silva, 2005 será, sob esse ponto de vista, um ano de desafios: manter a competitividade mesmo com a queda do dólar e o aumento no custo da matéria-prima -o aço, principal insumo da WEG, já inicia o ano pressionado, o que levou a Camex (Câmara de Comércio Exterior) a isentar do Imposto de Importação alguns produtos siderúrgicos. "[A medida da Camex] vai ter mais um efeito psicológico", avalia Silva.

Por outro lado, a empresa se prepara para um ano de colheita do que vem sendo plantado desde 2000, quando começou a adquirir fábricas fora do Brasil -processo com ápice em 2004, com a compra de uma unidade perto de Xangai (China).

Com essa aquisição e mais a abertura de um escritório na Índia, onde está fornecendo motores para centrais de geração de energia, a empresa espera dobrar suas vendas na Ásia/Austrália -de US\$ 25 milhões no ano passado para US\$ 50 milhões neste.

Investimentos

Nos planos de investimento da empresa para o triênio 2005-2007 estão inversões de R\$ 550 milhões, sendo R\$ 195 milhões neste ano, principalmente para a ampliação da fábrica de Jaraguá do Sul (SC), a sede do grupo.

"Compramos um terreno de 400 mil m2 vizinho ao nosso e dobraremos nossa unidade", diz Silva. Além de destinar recursos próprios à ampliação, a WEG espera financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Os quatro prédios que serão construídos, totalizando uma área de 15 mil m2, vão abrigar um novo centro de distribuição para exportação, uma fábrica de painéis e dois departamentos de produção de motores.

Com esse investimento e a ampliação da produção, a intenção da companhia é tornar-se líder mundial na produção de motores elétricos de baixa tensão -setor em que já lidera na América Latina.

Seus principais concorrentes são grandes multinacionais: Siemens e ABB, na Europa; Toshiba e Mitsubishi, no Japão; e GE, nos Estados Unidos. Mas todas estão se voltando para o setor de automação e dedicando-se menos ao setor de motores elétricos.

É também a estratégia que a WEG vem adotando, mas no mercado interno: desenvolver sistemas de automação completos para seus clientes brasileiros.

Mas, por enquanto, a estratégia para fora do país é continuar crescendo no mercado de motores e transformadores. E num ritmo maior do que o da concorrência, como já vem ocorrendo. *(Folha de S.Paulo, 13.03.2005)*

Múltis pressionam Brasil a abrir mercado industrial

Na retomada das negociações na OMC, o mesmo impasse: País só discute questão se os Estados Unidos aceitarem a liberalização do setor agrícola

As maiores empresas americanas criticam as tarifas de importação no Brasil, pressionam por cortes de pelos menos 75% nas taxas adotadas pelo País e estão elaborando uma lista de produtos industriais que, esperam, tenham melhor acesso ao mercado brasileiro como resultado das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um grupo formado por General Electric, Boeing, Ford, Pfizer e outras gigantes aponta que o sucesso das negociações da OMC dependerá não só da agricultura, mas da vontade de economias emergentes de abrirem seus mercados para produtos manufaturados. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a pressão é sinal do interesse americano por negociações que levem à eliminação de tarifas em alguns segmentos, proposta que o setor privado do País não aceita.

As grandes multinacionais americanas formam o Conselho Nacional de Comércio Exterior, que faz lobby por uma liberalização maior entre os países até o fim da rodada da OMC, programado para 2006. Em recente levantamento, foram identificados mais de 50 produtos que a indústria americana gostaria que tivessem outro tratamento no sistema de importação do Brasil. O estudo aponta que mais de US\$ 650 milhões em produtos americanos que hoje entram no País encontram tarifas altas ou incertezas.

Os especialistas americanos ainda identificaram que os cortes de barreiras negociados na OMC só terão efeito para incrementar o acesso ao mercado brasileiro e de outros emergentes se a redução das tarifas chegar a pelos menos 75%. Isso porque há uma diferença entre as tarifas que o País de fato aplica e o nível das taxas que o governo consolidou nos compromissos na OMC.

Na média, as tarifas aplicadas do País estão na faixa de 12,5%, ante a tarifa consolidada de 35%. Washington reclama que essa diferença é um fator de "incerteza" para as indústrias exportadoras, pois 38% de seus produtos enfrentam risco de ter tarifas aumentadas. Diante da diferença entre as duas tarifas, a análise conclui que 70% das exportações das maiores companhias americanas estão arriscadas a ter as tarifas elevadas em 20% de uma hora para outra em países como Brasil, Egito, África do Sul, Índia e Malásia.

Para a vice-presidente do Conselho, Mary Irace, o Brasil tem razão em pedir a reforma dos mercados agrícolas na OMC. "Mas isso só ocorrerá se o País também abrir seu mercado. Será difícil convencer o Congresso americano a liberalizar a agricultura se não houver ganhos no setor industrial", afirmou. "Está nas mãos do Brasil e de países emergentes o sucesso da negociação da OMC." O Brasil já deixou claro que está disposto a fazer uma "importante contribuição" na liberalização industrial. Mas quer primeiro ver os ganhos que terá na agricultura.

Na retomada das negociações da OMC, ontem, foram apresentadas várias propostas sobre como realizar a liberalização no setor industrial. Para os EUA, alguns produtos devem ser escolhidos para terem tarifas zeradas ao fim das negociações, como automotivos, têxteis, eletroeletrônicos e químicos. Para os demais setores, haveria cortes ambiciosos.

Para responder às idéias americanas, o Brasil e outros emergentes apresentam até amanhã rascunhos de nova proposta sobre a liberalização no setor industrial. Para Sandra Rios, analista da CNI, a proposta deve dar maior flexibilidade aos países em desenvolvimento e permitir cortes menores em produtos considerados sensíveis - no Brasil, estaria o setor automotivo.

A indústria americana insiste que, se os emergentes não cortarem as tarifas, não conseguirão exportar nem entre eles mesmos. Os americanos apontam que, enquanto o Brasil tem vendas acima de US\$ 750 milhões de certo tipo de veículos aos EUA e Argentina, as exportações para Egito, Índia e África do Sul não passam de US\$ 1 milhão. A diferença estaria nos níveis das tarifas. (Jamil Chade, Correspondente) (*O Estado de S.Paulo*, 15.03.2005)

Reforma, só a sindical, afirma Guiba

O delegado regional do Trabalho do Estado de São Paulo, Heiguiberto Guiba Della Bella, possui um currículo diferenciado para o posto que ocupa desde fevereiro de 2002. Com mais de duas décadas de atividade sindical, valorizou a experiência adquirida e resolveu buscar nos sindicatos as diretrizes de sua atuação à frente da DRT (Delegacia Regional do Trabalho).

A primeira proposta de Guiba, ex-presidente da CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos), da CUT, foi criar o Conselho Sindical, órgão formado por sindicalistas que fornece as linhas gerais para a definição dos "alvos" da fiscalização dos auditores do trabalho em todo o Estado de São Paulo.

Morador de São Bernardo e amigo pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Guiba diz ter receio de que, em razão do lobby empresarial, a reforma sindical seja desfigurada pelo Congresso. Para ele, a tramitação do projeto será lenta, o que inviabilizará a aprovação da reforma trabalhista no atual mandato. Guiba afirma que não voltará à atividade sindical depois da DRT e anuncia seu próximo projeto: quer se lançar candidato a deputado federal em 2006 pelo PT, partido ao qual é filiado desde a fundação, em 1980.

Diário – Depois de 22 anos na vida sindical, como foi a adaptação ao cargo de delegado regional do trabalho de São Paulo?

Heiguiberto Guiba Della Bella – Encontrei aqui uma realidade completamente diferente da minha vida. Sempre fui um dirigente sindical. De repente, vim para o governo, no Ministério do Trabalho, na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo. Passei uma semana aqui, e a primeira pergunta dos sindicalistas era: "E aí, Guiba, qual é a diferença?" Eu disse: "muito pouca". Quando estava no sindicato, recebia os trabalhadores que iam reclamar das empresas. Agora, no Ministério do Trabalho, recebo os líderes sindicais que vêm fazer exatamente o que os trabalhadores faziam. Claro que é outra realidade. Você mexe com funcionários públicos, com pessoas mais preparadas e tudo mais, mas esse contato com os sindicatos, com os trabalhadores, não mudou muito.

Diário – Que mudanças foram implantadas com a sua gestão?

Guiba – Propus a criação do Conselho Sindical, um órgão que envolvesse o movimento sindical e que deixasse as delegacias do trabalho mais democráticas, mais participativas, acompanhando os auditores fiscais em suas fiscalizações, para termos um processo mais aberto. Hoje, o conselho sindical é uma realidade no Brasil inteiro, faz parte do organograma do Ministério do Trabalho. De certa forma, também quis chamar a atenção do movimento sindical, com relação às denúncias. O sindicato não pode fazer uma denúncia com pouca ou nenhuma sustentação. Outra coisa que eu quis mudar com o conselho foi a prioridade que era dada aos sindicatos mais fortes, com mais representatividade. Não existe prioridade de um sindicato maior ou menor. As prioridades são questões urgentes, como o risco iminente de acidente, por exemplo. Estamos buscando maior entrosamento com os sindicatos. Eu não diria que é perfeito, mas que aos poucos vai se desenvolvendo. Para fortalecer esse processo, baixei a portaria 700, em setembro, que faz com que o movimento sindical dê sugestões de setores a serem fiscalizados a cada mês, com um comando envolvendo todos os auditores fiscais de uma região no mesmo local. Com isso, cresceu nosso desempenho. Batemos todos os recordes no ano passado. Alcançamos 144 mil novos registros em carteira profissional e inserimos mais de 8,7 mil deficientes no mercado de trabalho. Isso também diminui os desmandos.

Diário – A corrupção é um problema grave no Ministério do Trabalho?

Guiba – Sou o delegado que mais sindicâncias está fazendo. A obrigação do comando de um órgão público é, em qualquer dúvida ou denúncia, mandar apurar. O funcionário público não pode ser demitido, mas isso não significa que ele possa ser corrupto. Hoje, temos 23 sindicâncias abertas. Algumas têm resultados, outras não. O importante é que estamos mandando averiguar, e isso

também é uma forma de inibir condutas irregulares. Por outro lado, tenho de reconhecer que encontramos ótimos profissionais. Aquela imagem que muitos têm, principalmente os sindicalistas – e eu era um deles –, do funcionário público que não quer trabalhar, mudou muito para mim. Hoje, vejo que eles têm muita dificuldade para trabalhar. Faltam funcionários administrativos, faltam auditores fiscais, e muitos têm trabalhado bastante para superar esses problemas.

Diário – Quais são os principais problemas trabalhistas no Estado de São Paulo?

Guiba – Quando começamos, em 2002, identificamos um grande problema no campo, que era no corte da cana-de-açúcar. Os produtores traziam os trabalhadores do Norte e do Nordeste que ficavam aqui em subempregos e em alguns casos até em regime de escravidão. Confesso que não consegui eliminar totalmente esse problema, mas ainda estamos trabalhando bastante para isso, inclusive em contato com os usineiros. Na Grande São Paulo e no Estado como um todo, temos outros dois problemas: a construção civil e o comércio. Na construção civil, além de faltar o registro devido dos trabalhadores, o ambiente de trabalho é muito perigoso. Há muitos acidentes de trabalho. Para resolver esse problema, nós queremos envolver a Caixa Econômica Federal na questão, porque a Caixa financia grande parte dos construtores, e tem de ser responsável também pelas condições de trabalho dos funcionários desses empresários.

Diário – Seria uma espécie de contrapartida social para os financiamentos?

Guiba – A Caixa tem responsabilidades, é um órgão governamental, e não simplesmente um banco que empresta dinheiro. Faz parte do governo federal e estamos insistindo nessa questão com a presidência da instituição e com a superintendência da Caixa em São Paulo. Precisam ser parceiros nessas fiscalizações. Ao fazer o contrato com uma empreiteira, a Caixa tem de exigir condições mínimas para os trabalhadores e tem a obrigatoriedade de fiscalizar o andamento das obras. Poderia nos ajudar nas fiscalizações.

Diário – E o comércio?

Guiba – A grande maioria dos trabalhadores do comércio tem uma situação trabalhista precária. Eles não têm contrato, não têm carteira de trabalho registrada e às vezes trabalham mais que oito horas por dia. Fizemos fiscalizações em toda a Grande São Paulo com relação a isso. Qual é a diferença dessas fiscalizações? Estamos dando um prazo de três dias para o comércio fazer o registro desses trabalhadores antes de atuar. Em 91% dos casos houve registro, ao passo que, se atuássemos de imediato, os empresários não registrariam. Recorreriam da multa e possivelmente demorariam muitos anos para pagá-la. Isso não significa que o número de multas às empresas diminuiu. O que aumentou foi o diálogo.

Diário – Como o sr. avalia o andamento político da reforma sindical, agora que o projeto de lei começou a tramitar no Congresso Nacional?

Guiba – O Ministério do Trabalho fez a sua parte. Promovemos debates em todos os Estados. Tenho dito que nós precisamos melhorar a relação do movimento sindical brasileiro. Os sindicatos precisam ter mais representatividade. Muitos de nós do governo federal dizem que temos 15 mil, 16 mil sindicatos hoje no país. Acredito que existam 19 mil sindicatos. Temos 60 sindicatos por mês pedindo registro no Ministério do Trabalho. Temos seis centrais sindicais que não são reconhecidas pelo governo, apenas conhecidas, que tomam conta de parte do dinheiro brasileiro, porque estão em diversos ramos de atividade. Agora, o Brasil vive um novo momento político, e a estrutura sindical tem que mudar porque as estruturas produtiva e a trabalhista também mudaram.

Diário – O sr. acredita que pontos essenciais da reforma podem vir a ser alterados no Congresso?

Guiba – Acho que podem ser modificados, sim, e esse é o nosso grande receio. Primeiro porque apenas uma parte do movimento sindical ficou apoiando a reforma. Segundo porque deu-se mais ênfase a duas centrais sindicais: CUT e Força Sindical. Terceiro: as confederações e federações de trabalhadores estão gritando porque queriam participar desse debate. Foram alijadas e vão trabalhar contra no Congresso. Outra questão é que os empresários de São Paulo, que estão rachados em dois “sindicatos” – Fiesp e Ciesp – são contra a reforma do jeito que foi proposta, e possuem um lobby muito forte no Congresso. Penso que, se a reforma for aprovada, não será do mesmo jeito que está proposta hoje.

Diário – Faltou discussão no Fórum Nacional do Trabalho?

Guiba – Acho que não faltou discussão. Nosso governo tem feito discussões no Brasil sobre tudo: reforma da previdência, reforma sindical, reforma tributária, sobre tudo, mas é claro que não se agrada todo mundo nesse processo. O sindicalista pode não ter concordância com a reforma, mas se disser que não discutiu foi porque se omitiu no chamamento feito pelos delegados regionais do Trabalho no Brasil todo.

Diário – Quais as perspectivas da reforma trabalhista, com relação à sua discussão e tramitação no Congresso Nacional? É possível aprová-la ainda neste mandato do presidente Lula?

Guiba – Como nós estamos percebendo que a reforma sindical vai sofrer ajuste e ter um debate amplo no Congresso, não teremos tempo hábil para colocar a reforma trabalhista em pauta ainda em 2005. Já o ano de 2006 é complicado tanto para o governo quanto para a oposição. Não acho que possa ser aprovada neste mandato.

Diário – Como o governo Lula é visto pelos sindicalistas?

Guiba – Fui coordenador da campanha do presidente Lula na área sindical. Estive bastante envolvido com todas as centrais sindicais, e, felizmente, conseguimos o apoio de todas as centrais ainda no primeiro turno. Então, no começo do mandato presidencial, também fui bastante cobrado pelo movimento sindical. O governo tem muito respeito entre os dirigentes sindicais. Pode haver pontos contrários, como a Força Sindical, por exemplo. É claro que o presidente da Força (Paulo Pereira da Silva, o Paulinho) não vai dizer que é favorável ao Lula porque ele já está numa reta de campanha. Mas as centrais, na maioria, apóiam o presidente.

Diário – O sr. pretende voltar à vida sindical, depois do Ministério do Trabalho?

Guiba – Não pretendo voltar à vida sindical. Já dei minha contribuição ao movimento sindical. Já exerci diversas funções no sindicalismo brasileiro. Estou agora numa nova tarefa. Se conseguir fazer um bom trabalho, como já estamos fazendo na delegacia, participarei de outras disputas, em 2006.

Diário – O sr. se candidatará a deputado federal em 2006?

Guiba – Não sou daqueles que dizem: “o meu grupo quer”. Sou daqueles que afirmam: “eu quero”. Além do meu grupo político achar que devo sair candidato a deputado, também tenho meu posicionamento, e quero ser candidato a deputado federal em 2006.

Diário – O presidente Lula já afirmou que, quando deixar o cargo, pretende voltar para São Bernardo. O sr. acredita que ele encontrará um Grande ABC melhor ou pior do que quando foi eleito?

Guiba – Em dois anos de mandato, o presidente Lula já fez mais do que Fernando Henrique Cardoso para a região. Ele está levando uma universidade federal para o Grande ABC e está melhorando o sistema de gás que passa pela região. Houve também um investimento grande do governo federal no pólo petroquímico. Mas ainda há muita coisa a fazer até o final de seu mandato. Se Lula for morar em São Bernardo, no mesmo lugar, vai voltar de cabeça erguida.

Diário – Essa atuação do governo Lula em relação ao Grande ABC deve se manter até o final do mandato?

Guiba – Tenho certeza do seguinte: o presidente da República não pode olhar apenas para o Grande ABC. Ele tem que olhar para o resto do país. Por isso, estão acontecendo investimentos estruturais em outras regiões, discutindo-se a transposição do rio São Francisco, entre outras coisas. Agora, no Grande ABC, os deputados federais têm de discutir com o governo federal os investimentos na região. Não importa se é do mesmo partido ou não. Precisamos discutir o Consórcio Intermunicipal, para que seja mais integrado, e não olhar cada cidade individualmente. Os problemas comuns precisam ser tratados de maneira integrada. Isso também faz parte da responsabilidade dos deputados junto com os administradores públicos. Não é só uma questão do presidente Lula lembrar que precisa fazer investimentos na região. Os deputados federais têm de estar lá pedindo, fazendo pressão e negociando.

Comissão de fábrica deu início à militância

Aos 58 anos, Heiguiberto Della Bella tem um longo currículo na militância sindical, iniciada na comissão de fábrica da Ford, em 1980, da qual foi presidente. Dois anos depois, assumiu o posto de secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e passou a ganhar mais força dentro do movimento sindical, assumindo a presidência do sindicato, posteriormente, e da **CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos)**, da **CUT**, cargo que exercia antes das eleições de Luiz Inácio Lula da Silva.

Além da militância na representação dos trabalhadores, Guiba também integra o PT “desde a formação inicial”, lembra. Seu perfil serviu para que costurasse os apoios necessários no meio sindical para a candidatura Lula. “Até hoje, sou muito cobrado por isso”, diz. (Frederico Rebello Nehme, do Diário do Grande ABC) *(Diário do Grande ABC, 14.03.2005)*

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>